

PRODIN



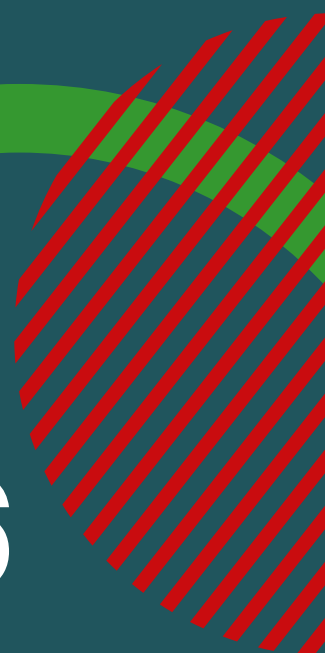
ESTUDO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ENTORNO DOS CAMPI DO IFRR

*Subsídios técnico-científicos para a elaboração do
Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)*



INSTITUTO
FEDERAL
Roraima

2026



PR  **DIN**



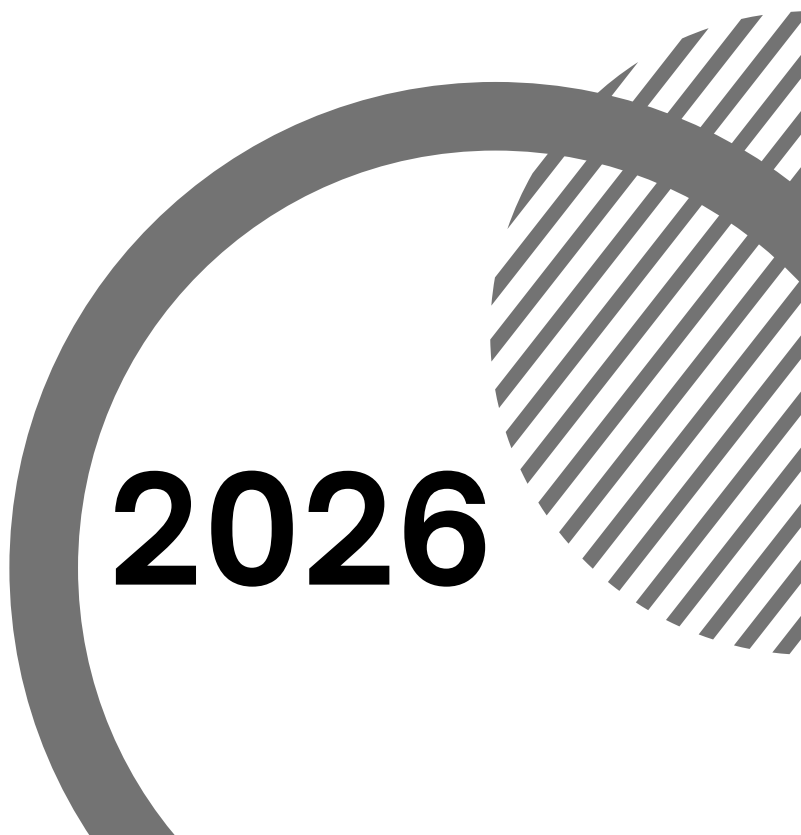
**ESTUDO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
NO ENTORNO DOS CAMPI DO IFRR**

*Subsídios técnico-científicos para a elaboração do
Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)*



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima

2026



© 2026. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui
violação dos direitos autorais - (Lei nº 9.610).



GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORIA

Reitora

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Adnelson Jati Batista

Diretor de Gestão de Pessoas

Giovani Calerri dos Santos Pena Junior

Diretor de Tecnologia da Informação

Diogo Rocha Ferreira Maia

Diretora de Políticas de Educação a Distância

Solange Almeida Santos

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Adnelson Jati Batista

Prodin

REVISÃO TÉCNICA

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

Ricardo Andre Dantas Neves

Prodin

REVISÃO DE TEXTOS

Soraya Magalhães Gomes

Prodin/Facilita

PROJETO GRÁFICO

Adnelson Jati Batista

Prodin

DIAGRAMAÇÃO

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

DIRETORES(AS) GERAIS DOS CAMPI

Diretor-Geral do Campus Amajari

Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do Campus Bonfim

Tomás Armando del Pozo Hernandez

Diretora-Geral do Campus Boa Vista

Luciana Leandro Silva

Diretor-Geral do Campus Boa Vista Zona Oeste

Isaac Sutil da Silva

Diretora-Geral do Campus Novo Paraíso

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Bairro Calungá, Boa Vista (RR)

CEP 69303-220

Fone (95) 98420-9225

E-mail gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

© 2026. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais - (Lei nº 9.610).

Informações e contatos:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungã. Boa Vista - RR / CEP: 69.303-220
E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br - prodin@ifrr.edu.br - www.ifrr.edu.br.

Publicação elaborada pelo IFRR/Prodin.

GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORIA

Reitora

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Adnelson Jati Batista

Diretor de Gestão de Pessoas

Giovani Calerri dos Santos Pena Junior

Diretor de Tecnologia da Informação

Diogo Rocha Ferreira Maia

Diretora de Políticas de Educação a Distância

Solange Almeida Santos

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Adnelson Jati Batista

Prodin

REVISÃO TÉCNICA

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

Ricardo Andre Dantas Neves

Prodin

REVISÃO DE TEXTOS

Soraya Magalhães Gomes

Prodin/Facilita

PROJETO GRÁFICO

Adnelson Jati Batista

Prodin

DIAGRAMAÇÃO

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

DIRETORES(AS) GERAIS DOS CAMPI

Diretor-Geral do Campus Amajari

Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretora do Campus Bonfim

Tomás Armando del Pozo Hernandez

Diretora-Geral do Campus Boa Vista

Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do Campus Novo Paraíso

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

**Diretor-Geral do Campus Boa Vista
Zona Oeste**

Isaac Sutil da Silva

Sumário

1 Apresentação.....	4
2 Procedimentos metodológicos e recorte territorial	6
3 Referencial teórico-conceitual sobre arranjos produtivos locais.....	8
3.1 Definições centrais de APL	8
3.2 Diferença entre APL, concentração setorial e cadeia produtiva.....	8
3.3 Elementos constitutivos dos APLs	9
3.4 Estágios de maturidade dos arranjos.....	10
4 Panorama dos arranjos produtivos em Roraima.....	11
4.1 Síntese socioeconômica do estado	11
4.2 Mapeamento dos APLs de Roraima.....	14
4.3 Leitura analítica dos APLs mais disseminados, concentrados, emergentes e consolidados	15
5 Critérios para leitura do entorno dos <i>campi</i> do IFRR.....	16
5.1 Delimitação territorial adotada por campus	16
5.2 Critérios de análise territorial, institucional e comparada.....	16
6 Análise territorial e comparada por <i>campus</i>	17
6.1 Campus Boa Vista.....	17
6.2 Campus Boa Vista Zona Oeste	18
6.3 Campus Amajari	19
6.4 <i>Campus</i> Bonfim.....	20
6.5 <i>Campus</i> Novo Paraíso.....	21
6.6 <i>Campus</i> Rorainópolis	22
7 Síntese comparativa para subsidiar o POCV	23
8 Diretrizes práticas para tomada de decisão com base no estudo do APL	25
9 Considerações finais.....	26
10 Referências.....	28

1 Apresentação

Este estudo foi elaborado para subsidiar a tomada de decisão institucional relativa ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), tendo como eixo analítico a relação entre a missão institucional, a identidade multicampi, as vocações acadêmicas consolidadas ou planejadas em cada unidade e os arranjos produtivos locais presentes em seus territórios de abrangência. Seu propósito é qualificar o processo de definição, revisão, manutenção, expansão ou redistribuição da oferta formativa, de modo que o POCV resulte de leitura territorial consistente, de evidência institucional e de racionalidade acadêmica.

A base legal do estudo decorre da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais. Essa lei estabelece, entre as finalidades dos Institutos Federais, a orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados a partir do mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural do território (BRASIL, 2008). Embora a formulação legal seja ampla, o foco operacional deste documento recai sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs), compreendidos como referência técnico-científica para interpretar a articulação entre território, produção, instituições, aprendizagem, cooperação e desenvolvimento.

A literatura brasileira sobre arranjos produtivos locais também oferece base conceitual sólida para esse tipo de planejamento. Sebrae (2003, 2014), Cassiolato, Lastres e Szapiro (2004), Amaral Filho et al. (2002) e Matos et al. (2017) convergem no entendimento de que um APL não corresponde apenas à concentração espacial de firmas, mas a uma combinação de território, especialização produtiva, cooperação, aprendizagem, governança e presença de instituições de apoio. Isso significa que o POCV não deve ser elaborado unicamente a partir de demandas conjunturais por cursos, mas a partir de leituras territoriais consistentes, de base econômica, social, cultural e educacional.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IFRR é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes áreas, níveis e modalidades de ensino. Sua estrutura reúne a

Reitoria e cinco campi em funcionamento: Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari, Novo Paraíso e Bonfim. O estudo considera ainda o Campus Rorainópolis como unidade em implantação, uma vez que seu Plano de Implantação constitui fonte relevante para a leitura prospectiva da oferta no Sul do Estado (IFRR, 2024b; IFRR, 2026a).

A multicampia, a interiorização e a capilaridade são elementos constitutivos da função territorial do IFRR. Dois *campi* estão localizados na capital, dois apresentam perfil agrícola, situados um no norte e outro no Sul de Roraima, e um *campus* atua em região de fronteira com a Guiana.

Essa distribuição permite à instituição atender realidades produtivas, sociais e culturais distintas, incluindo estudantes de povos indígenas, populações amazônicas, trabalhadores da agricultura familiar, ribeirinhos, extrativistas, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade e comunidades situadas em áreas urbanas, rurais, fronteiriças e de interiorização (IFRR, 2026a).

A missão institucional do IFRR, ao afirmar a promoção da formação humana integral por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, reforça que a oferta de cursos não deve ser tratada como resposta isolada a demandas conjunturais. Ela deve integrar ensino, pesquisa, extensão e inovação, articulando formação profissional, produção de conhecimento, tecnologias socialmente referenciadas, empreendedorismo, cooperativismo, sustentabilidade e transformação social.

Essa perspectiva também está presente na função social do IFRR, orientada à oferta de educação profissional e tecnológica comprometida com a cidadania, a justiça social, a produção e a socialização do conhecimento (IFRR, 2026a).

Dessa forma, este estudo assume que o POCV deve operar como instrumento de governança acadêmica e territorial. Ao mesmo tempo em que precisa atender às metas legais da Rede Federal, às condições de infraestrutura e aos indicadores educacionais, deve expressar uma leitura comparada dos territórios de atuação dos *campi*, evitando sobreposição indevida de vocações e fortalecendo a complementaridade institucional.

O desafio central não é apenas identificar cursos possíveis, mas definir quais ofertas são territorialmente pertinentes, academicamente sustentáveis, socialmente necessárias e coerentes com o papel de cada unidade no desenvolvimento regional de Roraima.

2 Procedimentos metodológicos e recorte territorial

O estudo resulta de pesquisa documental, análise comparativa e interpretação territorial. Como fontes institucionais internas mobilizadas nos documentos de base, destacam-se o Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028, que reúne elementos sobre identidade institucional, missão, visão, valores, função social, eixos tecnológicos, área de abrangência, dinâmica socioeconômica do Estado e distribuição dos APLs por polo e município, bem como o Plano de Ofertas de Cursos e Vagas do IFRR. (IFRR, 2026a; IFRR, 2026b). Outro document em destaque foi o Plano de Implantação do *Campus* Rorainópolis.

Como fontes externas, são referenciadas a Lei n.º 11.892/2008, o Decreto n.º 5.840/2006, materiais do Sebrae sobre APLs, textos da RedeSist/IE-UFRJ, informações do IBGE, dados do Caged, indicadores da Plataforma Nilo Peçanha e documentos públicos de planejamento e conjuntura econômica. Este estudo mantém tais referências quando já presentes nos documentos-fonte, sem introduzir dados estatísticos externos não constantes nos anexos.

Metodologicamente, a análise foi organizada em **cinco movimentos**: definição do referencial teórico sobre APLs; contextualização institucional do IFRR e de sua função multicampi; sistematização dos APLs de Roraima conforme os documentos anexos; cruzamento entre recorte territorial, vocação acadêmica e eixos tecnológicos de cada *campus*; e elaboração de síntese comparativa voltada a orientar decisões do POCV.

O termo “entorno” foi tratado em **duas escalas** complementares. A **primeira** é a escala municipal e microrregional, mais adequada ao uso de dados quantitativos, uma vez que IBGE, INEP, Caged, Plataforma Nilo Peçanha e documentos governamentais disponibilizam informações de modo mais regular nessa escala.

A **segunda** é a escala qualitativa, voltada à leitura de bairros, sedes municipais, vilas, vicinais, comunidades, micro-regiões e corredores de atendimento dos *campi*

Em Boa Vista, por exemplo, a ausência de séries econômicas oficiais por bairro exige análise funcional do território, com base em centralidade urbana, tipo de atividade predominante, localização do *campus* e coerência com a oferta institucional.

Quadro 1 - Matriz de fontes e usos no planejamento do POCV

Fonte	Tipo de informação	Escala principal	Uso no POCV
Lei n.º 11.892/2008	Finalidades, objetivos e orientação da oferta formativa ao fortalecimento dos arranjos locais.	Nacional / institucional	Base legal para análise da oferta.
PDI 2024-2028 do IFRR	Identidade multicampi, missão, visão, valores, função social, eixos tecnológicos e área de abrangência. Oferta por campus, vocações acadêmicas, infraestrutura e APLs de Roraima.	Institucional / estadual	Contextualização da função social e da capilaridade institucional. Definição de vocação por unidade.
Plano de Implantação do Campus Rorainópolis	Demanda territorial, eixos prioritários, cursos planejados, vetores regionais e consulta pública.	Microrregião sudeste	Planejamento da unidade em implantação.
IBGE / Censo / Cidades e Estados	População, área, dinâmica demográfica, economia e estrutura territorial.	Municipal / estadual	Leitura territorial e demográfica.
Plataforma Nilo Peçanha	Cursos, matrículas, pessoal, gastos e indicadores da Rede Federal.	Institucional / unidade	Monitoramento acadêmico e de desempenho.
Caged / relatórios regionais	Emprego formal, composição setorial e conjuntura econômica.	Estadual / municipal	Atualização do cenário de trabalho.

Fonte: elaboração própria, com base nos documentos institucionais anexados e nas fontes neles referenciadas.

A delimitação territorial considerada preserva o recorte já definido no estudo-base. Assim, o *Campus* Boa Vista é lido a partir de Boa Vista, com ênfase em bairros centrais e pericentrais.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste a partir de bairros da zona oeste e sudoeste da capital.

O *Campus* Amajari a partir de Amajari e de sua articulação com Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã.

O *Campus* Bonfim a partir de Bonfim, Normandia e Uiramutã. O *Campus* Novo Paraíso a partir da Vila Novo Paraíso/Caracaraí e de sua conexão com São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e sede de Rorainópolis.

E o *Campus* Rorainópolis a partir de Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe.

Do ponto de vista da evidência educacional, adotou-se também a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) como referência estruturante para leituras futuras do POCV, uma vez que a PNP é o ambiente oficial de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal, reunindo dados de cursos, matrículas, pessoal e gastos, entre outros, com base metodológica monitorada pela SETEC/MEC (MEC, 2026a; MEC, 2026b).

Assim, embora este estudo tenha caráter predominantemente territorial, suas recomendações foram pensadas para dialogar com a rotina de monitoramento acadêmico e de gestão do IFRR.

3 Referencial teórico-conceitual sobre arranjos produtivos locais

3.1 Definições centrais de APL

Na literatura brasileira, a noção de Arranjo Produtivo Local foi construída para superar leituras restritas do desenvolvimento, baseadas apenas na presença de empresas ou na classificação setorial das atividades econômicas. Em formulação amplamente difundida pelo Sebrae, APLs são aglomerações de empresas e atores localizados em um mesmo território, com especialização produtiva e algum grau de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com instituições de apoio, tais como governos, associações, instituições de crédito, ensino, pesquisa e inovação (SEBRAE, 2003; CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014).

Cassiolato, Szapiro e Lastres (2004) aprofundam essa definição ao destacar que o elemento decisivo não é apenas a proximidade geográfica, mas a existência de relações econômicas, sociais e institucionais capazes de sustentar aprendizagem, circulação de conhecimento, governança e inovação. Assim, um território com muitas atividades econômicas semelhantes pode configurar concentração setorial, mas não necessariamente um APL. O APL exige vínculos, coordenação e capacidade de produzir trajetórias coletivas de desenvolvimento.

A dimensão territorial é central nesse conceito, pois o território não é apenas uma área física, mas uma rede de relações históricas, econômicas, culturais e institucionais, marcada por pertencimento, identidade coletiva, capital social e capacidade de convergência em torno de projetos de desenvolvimento (SEBRAE, 2003; ABRAMOVAY, 1999). Para a Educação Profissional e Tecnológica, essa leitura é decisiva: a oferta de cursos não deve ser extraída mecanicamente de listas de ocupações, mas da compreensão do modo como produção, trabalho, instituições, tecnologias, saberes locais e demandas sociais se organizam no espaço.

A abordagem dos APLs dialoga diretamente com a missão dos Institutos Federais porque integra formação profissional, pesquisa aplicada, extensão tecnológica, inovação, inclusão produtiva e desenvolvimento regional. No caso do IFRR, essa abordagem também permite interpretar a diversidade roraimense: capital com forte peso de serviços, territórios de fronteira, áreas rurais e indígenas, cadeias agroprodutivas, bioeconomia, piscicultura, produção de alimentos, comércio, gestão pública e economias criativas.

3.2 Diferença entre APL, concentração setorial e cadeia produtiva

Para fins de planejamento do POCV, é necessário diferenciar três noções próximas, mas não equivalentes: *concentração setorial*, *cadeia produtiva* e *APL*. A **concentração setorial** indica a presença espacial de

atividades semelhantes. A **cadeia produtiva** descreve os elos de produção, transformação, circulação e consumo. O **APL** combina territorialidade, especialização produtiva, cooperação, aprendizagem e governança. Essa distinção é importante porque o IFRR pode atender a uma cadeia produtiva ampla sem que todos os seus elos estejam territorialmente organizados como APL.

Quadro 2 - Diferença entre concentração setorial, cadeia produtiva e APL

Noção	Foco central	Pergunta-chave	Implicação para o POCV
Concentração setorial	Presença de muitas atividades semelhantes em determinado espaço.	Há volume de agentes econômicos?	Indica demanda potencial, mas não basta para justificar curso isoladamente.
Cadeia produtiva	Etapas de produção, transformação, circulação, comercialização e consumo.	Quais elos demandam formação técnica ou tecnológica?	Ajuda a identificar cursos ao longo da cadeia.
APL	Território, especialização, cooperação, governança, aprendizagem e instituições de apoio.	Há identidade territorial e articulação entre atores?	É o referencial mais adequado para decisão institucional territorializada.

Fonte: elaboração própria, com base em Sebrae (2003), Cassiolato, Szapiro e Lastres (2004) e documentos institucionais do IFRR.

3.3 Elementos constitutivos dos APLs

Quadro 3 - Elementos constitutivos dos APLs e relevância para o IFRR

Dimensão	Descrição sintética	Relevância para o IFRR
Território	Recorte espacial com identidade, proximidade e possibilidade de coordenação.	Define área de abrangência do campus e do curso.
Aglomeração	Número significativo de empreendimentos ou atores em torno de uma atividade.	Sinaliza massa crítica para oferta regular.
Especialização produtiva	Predominância de bens, serviços, competências ou cadeias específicas.	Orienta eixo tecnológico e perfil curricular.
Cooperação	Relações de trabalho conjunto, confiança, articulação e coordenação.	Favorece estágios, extensão, projetos integrados e parcerias.
Aprendizagem e inovação	Circulação de conhecimento tácito e formal, melhoria contínua e inovação.	Justifica laboratórios, pesquisa aplicada, incubação e formação continuada.
Governança	Instâncias formais ou informais de coordenação territorial.	Permite pactuação com setor produtivo, poder público e comunidades.
Instituições de apoio	Escolas, universidades, bancos, associações, governos e terceiro setor.	Amplia parcerias para POCV, FIC, residência técnica e extensão.
Identidade social e cultural	Pertencimento, tradições, línguas, modos de vida e demandas coletivas.	Evita reduzir a oferta ao econômico estrito e qualifica a leitura dos APLs.

Fonte: elaboração própria, com base em Sebrae (2003), Albagli e Britto (2002), Cassiolato e Lastres (2004) e IFRR (2026b).

A literatura consultada permite sintetizar os APLs em oito dimensões analíticas. Elas transformam uma definição conceitual em critérios de observação territorial, úteis para o POCV porque aproximam a decisão sobre cursos de aspectos verificáveis: território, massa crítica, especialização, cooperação, aprendizagem, governança, instituições de apoio e identidade social e cultural.

No contexto do IFRR, as dimensões sociais e culturais não devem ser lidas como acessórios externos aos APLs. Elas qualificam a compreensão do território, sobretudo em Roraima, onde povos indígenas, fronteiras internacionais, circulação migratória, comunidades rurais, vilas, vicinais, redes de educação, redes de saúde e serviços públicos participam da organização concreta das demandas de formação. Assim, o POCV deve considerar o APL como categoria produtiva, mas interpretar sua aderência territorial a partir de elementos econômicos, sociais, culturais e educacionais.

3.4 Estágios de maturidade dos arranjos

A literatura consultada classifica os arranjos em estágios de maturidade que ajudam a evitar decisões homogêneas para territórios distintos. A maturidade do APL indica se a oferta deve priorizar ações iniciais de qualificação e extensão, cursos técnicos estruturados, verticalização para graduação ou pós-graduação, ou ainda pesquisa aplicada de maior complexidade.

Quadro 4 - Estágios de maturidade dos APLs e implicações para a oferta

Estágio	Características predominantes	Implicações para o POCV
Incipiente	Baixa articulação, governança frágil, pouca presença institucional e cooperação reduzida.	Priorizar FIC, extensão, assistência técnica, projetos de sensibilização, incubação inicial e cursos de curta duração.
Em desenvolvimento	Maior adensamento de atores, ações coletivas, início de coordenação e demandas técnicas mais visíveis.	Estruturar cursos técnicos, itinerários formativos, laboratórios adequados e parcerias com atores locais.
Desenvolvido	Interdependência entre atores, governança mais consistente, inovação, cooperação e base institucional consolidada.	Sustentar tecnólogos, bacharelados profissionalizantes, especializações, pesquisa aplicada e transferência de tecnologias.

Fonte: elaboração própria, com base em Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014).

4 Panorama dos arranjos produtivos em Roraima

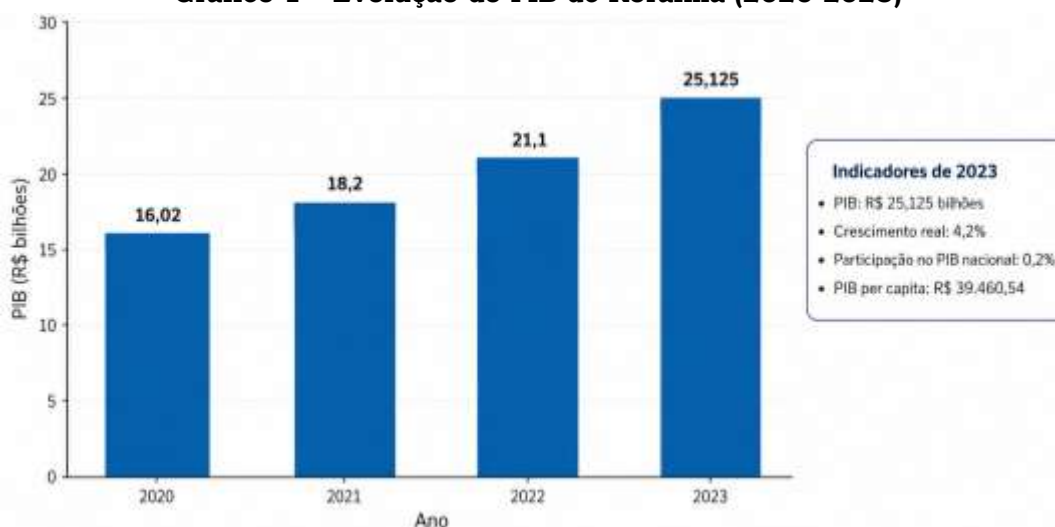
4.1 Síntese socioeconômica do estado

O Estado de Roraima está situado no Extremo-Norte do Brasil, faz fronteira com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana, e possui divisas com os Estados do Amazonas e do Pará. Com área de 224.300,8 km² e 15 municípios, apresenta forte dispersão territorial, concentração populacional na capital, presença expressiva de povos indígenas, corredores logísticos estratégicos e papel relevante da administração pública e dos serviços na estrutura econômica (IFRR, 2026a).

De acordo com os dados organizados no Perfil Institucional, Roraima registrou crescimento populacional de 40,60% em pouco mais de uma década e totalizou 634.805 habitantes no Censo 2022, com população indígena contabilizada em 97.320 pessoas. Em relação a situação demográfica de Roraima, nota-se forte concentração em Boa Vista, que reúne 65,1% da população estadual, enquanto os demais municípios se distribuem em participações significativamente menores. Essa concentração reforça a centralidade urbana da capital, mas não elimina a importância estratégica da interiorização do IFRR nos territórios rurais, fronteiriços e do Sul do Estado (IFRR, 2026a).

Na dimensão econômica, o Perfil Institucional registra que o PIB de Roraima totalizou R\$ 16,02 bilhões em 2020, com forte participação da administração pública, dos serviços, da indústria e da agropecuária na composição da economia estadual. O estudo documental, por sua vez, aponta que, em 2021, os serviços respondiam por cerca de 83% do PIB estadual, enquanto a indústria representava 9,4% e a agropecuária 7,7%, leitura compatível com a agregação ampla do setor de serviços, no qual se inclui a administração pública (IFRR, 2026a; IFRR, 2026b).

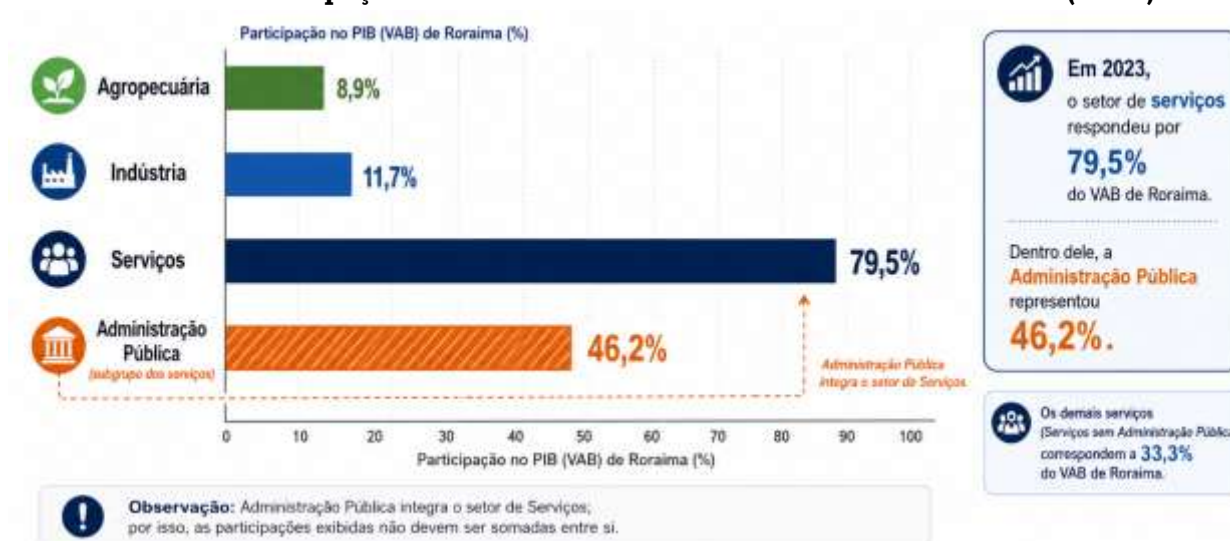
Gráfico 1 – Evolução do PIB de Roraima (2020-2023)



Fonte: elaboração própria, a partir do IBGE (2025a;2025b) e SEPLAN-RR (2024). Valores nominais do PIB em R\$ bilhões.

Fontes externas oficiais, ver gráfico 1, indicam que o dado consolidado mais recente do Sistema de Contas Regionais do IBGE corresponde ao ano de 2023, quando o PIB de Roraima alcançou R\$ 25,125 bilhões, com crescimento real de 4,2% em relação ao ano anterior, participação aproximada de 0,2% no PIB nacional e PIB per capita de R\$ 39.460,54 (IBGE, 2025a; IBGE, 2025b). Esses dados confirmam a trajetória de expansão da economia roraimense, que passou de R\$ 16,02 bilhões em 2020 para R\$ 18,2 bilhões em 2021, R\$ 21,1 bilhões em 2022 e R\$ 25,125 bilhões em 2023, evidenciando crescimento nominal expressivo no período recente (IBGE, 2025a; SEPLAN-RR, 2024).

Gráfico 2 – Participação das Atividades Econômicas no PIB de Roraima (2023)



Fonte: elaboração própria, a partir da SEPLAN-RR/CGEES, com IBGE – PIB de Roraima (2023).

O gráfico 2 evidencia que a economia de Roraima, em 2023, apresentou forte concentração no setor de serviços, responsável por 79,5% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual. Dentro desse conjunto, a Administração Pública representou 46,2%, configurando-se como a atividade econômica de maior peso individual. Esse dado confirma a centralidade do setor público na dinâmica econômica roraimense, especialmente pela presença das políticas públicas, dos serviços essenciais, da folha de pagamento e da estrutura administrativa do Estado. Ressalta-se, contudo, que a Administração Pública integra o setor de serviços; portanto, seus percentuais não devem ser somados aos 79,5% (SEPLAN-RR, 2025; IBGE, 2025).

Os demais serviços, excluída a Administração Pública, corresponderam a 33,3% do VAB, demonstrando a relevância de atividades como comércio, transporte, serviços imobiliários, comunicação e outras atividades urbanas. Já a indústria respondeu por 11,7% e a agropecuária por 8,9%, percentuais menores, mas estratégicos para a diversificação

produtiva e o desenvolvimento territorial. Assim, a composição do PIB de Roraima indica uma economia predominantemente terciária, com forte dependência dos serviços e da Administração Pública, mas também aponta a necessidade de fortalecer setores produtivos como agropecuária e indústria. Para o IFRR, essa leitura reforça a importância de alinhar o POCV às demandas dos serviços públicos e privados, sem desconsiderar os arranjos produtivos locais ligados à agropecuária, à indústria, à gestão, à tecnologia e ao desenvolvimento regional.

Para o ano de 2025, até o final de abril de 2026, ainda não havia valor oficial consolidado do PIB estadual divulgado pelo IBGE. Dessa forma, foi utilizado projeções e estimativas com a devida ressalva metodológica. No estudo “Brasil – Cenário Regional”, o Santander projetou crescimento real de 4,0% para o PIB de Roraima em 2025, a maior taxa estimada entre as unidades da federação naquele levantamento, com previsão de crescimento de 5,0% para a agropecuária, 3,0% para a indústria e 4,0% para os serviços no Estado (SANTANDER, 2024). Já estudo técnico do FGV IBRE, com estimativas até o primeiro semestre de 2025, apontou crescimento estimado de 3,1% para o PIB de Roraima no período, acima da média regional estimada para o Norte, de 2,6%, e da média nacional observada no mesmo recorte, de 2,5% (TRECE; CONSIDERA, 2025).

Quadro 5 - Síntese socioeconômica de Roraima para leitura do POCV

Dimensão	Evidência presente nos documentos	Implicação para a oferta do IFRR
Território	Estado no extremo norte do Brasil, com fronteiras internacionais, 224.300,8 km ² e 15 municípios.	Demanda atuação multicampi, interiorização e estratégias diferenciadas por região.
População	634.805 habitantes no Censo 2022, crescimento de 40,60% em pouco mais de uma década e 97.320 pessoas indígenas.	Reforça a necessidade de formação inclusiva, intercultural, urbana, rural e fronteiriça.
Centralidade urbana	Boa Vista concentra 65,1% da população estadual.	Sustenta ofertas urbanas de maior densidade técnica e tecnológica, sem anular a relevância dos campi do interior.
PIB	PIB de R\$ 16,02 bilhões em 2020; administração pública e serviços predominantes na composição setorial.	Orienta ofertas em gestão, serviços, saúde, educação, TI, comunicação e políticas públicas.
Emprego	Serviços e comércio concentram a maior parte dos estoques formais apresentados pelo Caged 2023.	Reforça a demanda por formação para serviços, comércio, gestão, atendimento, tecnologia e empreendedorismo.
APLs	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, madeira e móveis, pecuária, piscicultura e pesca, artesanato e cadeias associadas.	Exige articulação entre vocação por campus, eixos tecnológicos e especificidades do entorno.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

De acordo com as informações, pode observar que a presença da agropecuária, da indústria e da construção, embora menor nos estoques formais, deve ser lida em conexão com os APLs do interior, com a BR-174, com a produção de alimentos e com as demandas de infraestrutura e transformação produtiva.

Com base nas informações, Roraima apresenta trajetória recente de crescimento econômico acima da média nacional, com PIB oficial de R\$ 25,125 bilhões em 2023, segundo o IBGE, e perspectivas positivas para 2025, conforme projeções do Santander e estimativas do FGV IBRE. A dinâmica recente reforça o peso estrutural dos serviços e da administração pública na economia estadual, mas também evidencia o avanço da agropecuária e da fronteira produtiva, aspecto relevante para a análise dos arranjos produtivos, sociais e culturais que devem subsidiar o Plano de Oferta de Cursos e Vagas do IFRR.

4.2 Mapeamento dos APLs de Roraima

O mapeamento dos APLs de Roraima, ver quadro 6, sistematizado nos documentos institucionais, indica que o estado apresenta arranjos disseminados em quase todos os municípios e outros mais concentrados territorialmente.

Quadro 6 - Arranjos Produtivos Locais distribuídos por polo e municípios em Roraima

APL	Polo produtivo	Municípios relacionados
Agricultura	Boa Vista	Boa Vista, São Luiz, São João da Baliza, Rorainópolis, Pacaraima, Normandia, Mucajaí, Iracema, Caroebe, Caracarái, Cantá, Bonfim, Amajari, Alto Alegre e Uiramutã.
Apicultura	Amajari	Amajari, Uiramutã, São Luiz, São João da Baliza, Rorainópolis, Cantá, Normandia, Mucajaí, Iracema, Caroebe, Boa Vista, Caracarái, Bonfim e Pacaraima.
Artesanato	Caracarái	Caracarái.
Fruticultura	Alto Alegre	Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz, Uiramutã, Caroebe e Amajari.
Grãos	Alto Alegre	Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, São Luiz, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, São João da Baliza, Amajari e Caracarái.
Madeira e móveis	Boa Vista	Boa Vista.
Pecuária	Alto Alegre	Alto Alegre, São Luiz, Amajari, São João da Baliza, Cantá, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e Boa Vista.
Piscicultura e pesca	Amajari	Amajari, Rorainópolis, Uiramutã e Caracarái.

Fonte: elaboração própria, com base no Perfil Institucional e no estudo-base do IFRR, a partir de Pinto, Reis e Amaral (2023 apud IFRR, 2026a; IFRR, 2026b).

A agricultura, a fruticultura e a apicultura aparecem em grande parte do território. Os grãos se distribuem por municípios com maior aderência à

produção agrícola de escala. A pecuária tem presença importante em áreas específicas. A piscicultura e pesca aparecem como vetor estratégico em Amajari, Uiramutã, Rorainópolis e Caracaraí. A madeira e móveis apresenta concentração em Boa Vista. E o artesanato aparece associado fortemente a Caracaraí, segundo o quadro incorporado ao Perfil Institucional (IFRR, 2026a; IFRR, 2026b).

4.3 Leitura analítica dos APLs mais disseminados, concentrados, emergentes e consolidados

A leitura do quadro 7 de APLs permite três conclusões relevantes para o POCV.

Quadro 7 - Leitura analítica dos APLs para o POCV

Categoria analítica	APLs / vetores associados	Leitura para o POCV
Disseminados	Agricultura, fruticultura e apicultura.	Demandam diferenciação por campus para evitar cursos genéricos repetidos e baixa aderência territorial.
Concentrados	Madeira e móveis em Boa Vista; artesanato em Caracaraí.	Podem justificar ofertas específicas, extensão, FIC, design aplicado, gestão, tecnologia e inovação, desde que haja evidência de demanda.
Estratégicos para interiorização	Pecuária, grãos, produção vegetal, produção animal, agroindústria e alimentos.	Reforçam a vocação de Amajari e Novo Paraíso e orientam complementaridade com Bonfim e Rorainópolis.
Emergentes ou de especialização regional	Piscicultura e pesca, dendê, biocombustíveis, bioeconomia e manejo de recursos naturais.	Recomendam aprofundamento técnico, pesquisa aplicada, verticalização e articulação intercampi.
Urbanos e de serviços	Serviços públicos, comércio, saúde, tecnologia, turismo, gestão, comunicação e economia criativa.	Justificam ofertas em Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste e Rorainópolis, respeitando diferenciação de vocações.

Fonte: elaboração própria, com base nos documentos institucionais do IFRR.

A **primeira** é que a disseminação de um APL por muitos municípios não autoriza, por si só, a replicação de cursos genéricos em todos os *campi*. Agricultura, fruticultura e apicultura, por exemplo, aparecem em grande parte do estado, mas devem ser traduzidas em ofertas distintas conforme a vocação institucional, a infraestrutura e a especialização territorial de cada unidade.

A **segunda** é que APLs concentrados, como madeira e móveis em Boa Vista e artesanato em Caracaraí, exigem análise específica, pois podem justificar cursos, projetos de extensão, pesquisa aplicada ou ações FIC pontuais, mas nem sempre sustentam um curso regular de longa duração.

A **terceira** é que APLs estratégicos ou emergentes, como piscicultura e pesca, dendê, biocombustíveis, bioeconomia e cadeias de alimentos,

precisam ser lidos em articulação com os campi agrícolas e com a unidade em implantação em Rorainópolis.

5 Critérios para leitura do entorno dos *campi* do IFRR

5.1 Delimitação territorial adotada por campus

Quadro 8 - Delimitação territorial adotada por campus

Campus	Localização da unidade	Entorno considerado neste estudo
Boa Vista	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR.	Boa Vista como um todo, com ênfase nos bairros Centro, Pricumã, Buritis, Mecejana, Calungá, Caçari, Liberdade, São Vicente, São Pedro, Aparecida, Cinturão Verde, Centenário, Paraviana, Canaã e Cidade Satélite.
Boa Vista Zona Oeste	Rua Prof. Nonato Chacon, 1976, Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista-RR.	Boa Vista como um todo, com ênfase em Pintolândia, Senador Hélio Campos, Cidade Nova, Montitur, Lauro Moreira/Conjunto Cidadão e Cidade Satélite.
Amajari	Rodovia Antonino Menezes da Silva, km 03, vicinal da balsa de Aparecida à Vila Brasil, Amajari-RR.	Município de Amajari, incluindo sede, vilas, vicinais e comunidades, além de Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã.
Avançado Bonfim	Av. Tuxaua de Faria, s/n, bairro 13 de Maio, Bonfim-RR.	Bonfim, incluindo sede, vilas e micro-regiões, além de Normandia e Uiramutã.
Novo Paraíso	RR-174, km 512, Vila Novo Paraíso, Caracaraí-RR.	Vila Novo Paraíso/Caracaraí, município de Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e sede de Rorainópolis.
Rorainópolis	Área prevista na sede do município de Rorainópolis-RR.	Rorainópolis como um todo, além de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2026b).

A delimitação territorial adotada por *campus* preserva o recorte informado no estudo documental, complementado no Perfil do IFRR. Essa delimitação não tem caráter rígido ou excludente. Ela opera como referência para orientar a leitura de demanda, evitar sobreposição indevida de vocações e organizar a análise comparativa entre unidades.

5.2 Critérios de análise territorial, institucional e comparada

A leitura do entorno dos *campi* foi orientada por critérios integrados.

O **primeiro** é a vocação acadêmica revelada pela oferta existente ou planejada no PDI e no Plano de Implantação do **Campus** Rorainópolis.

O **segundo** é a aderência aos APLs mapeados em Roraima.

O **terceiro** é a coerência com os eixos tecnológicos já reconhecidos para cada unidade.

O **quarto** é a complementaridade entre *campi*, especialmente quando os territórios são contíguos ou parcialmente sobrepostos.

O **quinto** é a possibilidade de verticalização entre FIC, cursos técnicos, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e inovação.

O **sexto** é a disponibilidade de condições institucionais de oferta, como docentes, laboratórios, ambientes de aprendizagem, orçamento e infraestrutura.

Quadro 9 - Eixos tecnológicos por campus e implicação para análise de vocação

Campus	Eixos tecnológicos informados no Perfil Institucional	Implicação para a leitura de vocação
Amajari	Recursos Naturais; Produção Alimentícia.	Base rural, aquícola, agropecuária, agroindustrial, ambiental e bioeconômica.
Novo Paraíso	Recursos Naturais; Produção Alimentícia.	Polo agroindustrial, produção vegetal e animal, alimentos, ambiente e georreferenciamento.
Avançado Bonfim	Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais; Desenvolvimento Educacional e Social.	Vocação híbrida, territorializada, fronteira, intercultural e orientada à gestão.
Boa Vista	Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Turismo, Hospitalidade e Lazer.	<i>Campus</i> urbano de maior diversidade técnico-tecnológica, serviços especializados e formação docente.
Boa Vista Zona Oeste	Gestão e Negócios; Produção Cultural e Design.	Unidade urbana de gestão, comunicação, economia criativa, serviços e inclusão formativa.
Rorainópolis	Desenvolvimento Educacional e Social; Controle e Processos Industriais; Ambiente e Saúde.	Unidade em implantação com vocação para saúde regional, serviços, gestão e controle de processos.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2026a) e IFRR (2024b).

A vocação institucional não deve ser entendida como rótulo fixo, mas como resultado da convergência entre histórico de oferta, eixos tecnológicos, infraestrutura, demanda territorial, papel regional da unidade e capacidade de verticalização. Um *campus* pode possuir vocação principal e vocações complementares, desde que a diversificação não comprometa a coerência territorial nem produza concorrência desnecessária com unidades vizinhas. Essa é a base da diferenciação inteligente que deve orientar o POCV.

6 Análise territorial e comparada por campus

6.1 Campus Boa Vista

O *Campus* Boa Vista está situado em área urbana e pericentral da capital, no bairro Pricumã, com forte relação funcional com os bairros Centro, Buritis, Mecejana, Calungá, Caçari, Liberdade, São Vicente, São Pedro, Aparecida, Cinturão Verde, Centenário, Paraviana, Canaã e Cidade Satélite. A localização reforça sua condição de *campus* urbano, conectado a serviços públicos e privados, saúde, educação, turismo, construção civil, tecnologia, infraestrutura, gestão e circulação metropolitana.

O PDI evidencia forte vocação urbana e técnico-tecnológica, com cursos técnicos em Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Secretariado, Informática, Enfermagem, Análises Clínicas, Energias Renováveis e Guia de Turismo. Na graduação, concentram-se licenciaturas e tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Hospitalar, Gestão de Turismo, Saneamento Ambiental, Energias Renováveis e Secretariado. Essa composição indica unidade de maior diversidade de eixos tecnológicos e de maior densidade urbana no conjunto do IFRR.

Os APLs formalmente associados a Boa Vista incluem agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária e, de forma singular, madeira e móveis. Entretanto, no plano intraurbano, a leitura do entorno imediato do *campus* aponta predominância de serviços avançados, administração pública, saúde, educação, turismo, tecnologia, infraestrutura e serviços empresariais. Desse modo, a aderência aos APLs deve ser mediada pela função urbana da unidade, e não por interpretação agropecuária genérica do município.

Quadro 10 - Síntese analítica do Campus Boa Vista

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Boa Vista, com ênfase em áreas centrais, pericentrais e bairros de centralidade urbana.
Vocações institucionais	Infraestrutura, saúde, tecnologias da informação, energias renováveis, turismo, secretariado, licenciaturas e serviços urbanos especializados.
APLs e vetores territoriais	Madeira e móveis, serviços urbanos, saúde, construção, turismo, tecnologia, educação e gestão pública.
Implicação para o POCV	Manter centralidade técnico-tecnológica e docente; evitar sobreposição com o CBVZO em gestão, comunicação e economia criativa.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

Para o POCV, o *Campus* Boa Vista deve permanecer como polo urbano e técnico-tecnológico mais diversificado, com prioridade para infraestrutura, controle e processos industriais, saúde, tecnologias da informação, energias renováveis, turismo, secretariado e formação de professores. A eventual relação com o APL de madeira e móveis deve ocorrer quando houver aderência pedagógica clara, como *design* técnico, automação, eficiência energética, gestão da produção ou manutenção, evitando deslocar a unidade para uma vocação agropecuária principal, mais aderente aos *campi* do interior.

6.2 Campus Boa Vista Zona Oeste

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste está localizado no bairro Laura Moreira/Conjunto Cidadão e se articula a territórios urbanos em expansão, como Pintolândia, Senador Hélio Campos, Cidade Nova, Montitur, Lauro Moreira e Cidade Satélite. Trata-se de um entorno marcado por comércio de proximidade, serviços pessoais, microempreendedorismo, demandas de

gestão pública local e necessidade de ampliação do acesso à educação profissional.

A oferta prevista no PDI concentra *Design* Gráfico, Publicidade, Administração, Marketing, Recursos Humanos, Gestão Pública e pós-graduações em Gestão Pública e Ensino de Ciências, revelando vocação voltada à gestão, economia criativa, comunicação, serviços e formação vinculada ao setor público. Essa vocação é coerente com os eixos tecnológicos de Gestão e Negócios e Produção Cultural e *Design* constantes no Perfil Institucional.

Por estar situado em Boa Vista, o *campus* compartilha os APLs formais do município. Contudo, sua leitura territorial deve ser distinta daquela do *Campus* Boa Vista: menor ênfase em infraestrutura pesada, saúde e controle industrial; maior aproximação com serviços, gestão, comunicação visual, *marketing*, empreendedorismo, *design*, rotinas administrativas e inovação social.

Quadro 11 - Síntese analítica do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Zona oeste e sudoeste de Boa Vista, com bairros de expansão urbana e comércio de proximidade.
Vocações institucionais	Gestão, comunicação, economia criativa, setor público, recursos humanos, marketing e design.
APLs e vetores territoriais	Serviços urbanos, comércio, comunicação visual, gestão pública, empreendedorismo e economia criativa.
Implicação para o POCV	Consolidar identidade própria em gestão, comunicação, design e inovação social; evitar duplicação do CBV.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

Para o POCV, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste deve ser consolidado como unidade complementar ao *Campus* Boa Vista, e não como sua duplicação. Cursos novos devem priorizar subeixos como gestão pública, gestão de serviços, gestão de pessoas, *marketing* digital, produção multimídia, *design* aplicado, comunicação institucional, formação pedagógica e inovação social. Não é estratégico replicar, em larga escala, cursos de eletrotécnica, edificações, análises clínicas ou agropecuária, cuja aderência é mais forte em outras unidades.

6.3 *Campus* Amajari

O *Campus* Amajari está situado em área rural, na vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil, e atende Amajari, Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã. Sua localização reforça a inserção em cadeias ligadas ao campo, à água, à circulação rural, à presença indígena, às vilas, comunidades e vicinais, bem como à dimensão fronteira trazida por Pacaraima.

A unidade apresenta vocação nitidamente rural, bioeconômica e aquícola. O PDI registra oferta técnica em Aquicultura, Agropecuária e Agroindústria, além de graduação tecnológica em Aquicultura e ofertas EAD em Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente. Os eixos tecnológicos de Recursos Naturais e Produção Alimentícia confirmam a coerência entre localização, infraestrutura, oferta e APLs do entorno.

No recorte considerado, incidem agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária e piscicultura e pesca. A presença da piscicultura em Amajari e Uiramutã, associada à vocação aquícola da unidade, fortalece a diferenciação do *campus* em relação aos demais. Ao mesmo tempo, a presença de comunidades rurais e indígenas demanda estratégias de extensão, itinerários formativos flexíveis e tecnologias apropriadas ao contexto amazônico.

Para o POCV, o *Campus* Amajari deve permanecer como polo de bioeconomia rural, aquicultura, agropecuária, agroindústria, meio ambiente e formação técnica voltada ao território. Novas ofertas devem aprofundar essa matriz, por exemplo em processamento de alimentos, manejo aquícola, recursos naturais, logística de cadeias rurais, cooperativismo, comercialização e tecnologias sociais. Cursos urbanos de gestão geral só se justificam quando vinculados à governança rural, cadeias produtivas locais ou associativismo.

Quadro 12 - Síntese analítica do Campus Amajari

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Amajari, Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã, com sede, vilas, vicinais, comunidades e fronteira.
Vocações institucionais	Aquicultura, agropecuária, agroindústria, meio ambiente, recursos naturais e produção alimentícia.
APLs e vetores territoriais	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária, piscicultura e pesca.
Implicação para o POCV	Aprofundar base rural, aquícola e bioeconômica; evitar dispersão para cursos urbanos genéricos.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

6.4 *Campus Bonfim*

O *Campus* Bonfim está instalado em região de fronteira com a Guiana e atende Bonfim, Normandia e Uiramutã. Seu entorno reúne áreas rurais, circulação transfronteiriça, presença indígena, gestão pública local, comércio, serviços e dinâmicas produtivas ligadas à agricultura, fruticultura, apicultura, grãos, pecuária e piscicultura em municípios específicos.

O PDI mostra composição híbrida e altamente territorializada: Agroecologia, Agropecuária, Agronegócio, Administração, Comércio Exterior, Informática e Magistério Indígena no nível técnico, com verticalização em Gestão do Agronegócio, Gestão Comercial, Gestão Pública e Análise e

Desenvolvimento de Sistemas. Essa combinação expressa a singularidade do campus: ele não é apenas agrícola; é também fronteiriço, intercultural, administrativo, comercial e tecnológico.

No recorte Bonfim-Normandia-Uiramutã, incidem APLs de agricultura, apicultura e fruticultura nos três municípios; grãos em Bonfim e Normandia; pecuária em Normandia; e piscicultura e pesca em Uiramutã. A área de livre comércio de Bonfim acrescenta relevância à formação em gestão, circulação de mercadorias, comércio exterior, serviços públicos e tecnologias de apoio à administração e à integração regional.

Para o POCV, o *Campus* Bonfim deve consolidar-se como polo de agronegócio territorializado, gestão pública e comercial de fronteira, formação intercultural, educação indígena e tecnologias da informação aplicadas à gestão e aos serviços.

A diferença em relação ao *Campus* Amajari deve ser preservada: Bonfim apresenta maior aderência a gestão, comércio exterior, TI e formação intercultural, enquanto Amajari tem maior especialização em aquicultura e base rural produtiva.

Quadro 13 - Síntese analítica do Campus Avançado Bonfim

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Bonfim, Normandia e Uiramutã, com sedes, vilas, micro-regiões, fronteira e presença indígena.
Vocações institucionais	Agronegócio, gestão pública e comercial, comércio exterior, TI, agroecologia e formação intercultural.
APLs e vetores territoriais	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária, piscicultura, fronteira e comércio.
Implicação para o POCV	Consolidar fronteira, gestão, TI e formação intercultural; evitar reduzir a unidade a campus apenas agrícola.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

6.5 *Campus* Novo Paraíso

O *Campus* Novo Paraíso está implantado na Vila Novo Paraíso, em Caracaraí, às margens da BR-174, eixo logístico fundamental entre o Sul do Estado e a capital. Seu entorno inclui Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e a sede de Rorainópolis, compondo território de forte base rural, agroindustrial, ambiental e geoespacial.

O PDI registra para a unidade cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Aquicultura e Meio Ambiente, graduação em Agronomia e Tecnologia em Alimentos, além de pós-graduações em Produção Vegetal, Produção Animal e Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Essa composição faz do *Campus* Novo Paraíso uma das vocações mais claramente agrárias e agroindustriais do IFRR, com eixos tecnológicos de Recursos Naturais e Produção Alimentícia.

No recorte territorial adotado, incidem agricultura e fruticultura em todos os municípios; apicultura em todos; grãos em Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Rorainópolis; pecuária em São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe; piscicultura e pesca em Caracaraí e Rorainópolis; e artesanato em Caracaraí. Essa diversidade reforça a centralidade do campus para cadeias de produção vegetal, produção animal, alimentos, recursos hídricos, georreferenciamento, regularização territorial e sustentabilidade ambiental.

Para o POCV, o *Campus Novo Paraíso* deve permanecer como principal polo do IFRR para agrociências, agronomia, alimentos, produção animal e vegetal, aquicultura, meio ambiente e georreferenciamento. A futura atuação do *Campus Rorainópolis* não deve esvaziar essa identidade. Ao contrário, as duas unidades devem operar em complementaridade: o que é estruturalmente agrário, agroindustrial, ambiental e geoespacial tende a ter melhor ancoragem em Novo Paraíso, o que é saúde, gestão de serviços e controle de processos regionais tende a encontrar maior aderência em Rorainópolis.

Quadro 14 - Síntese analítica do Campus Novo Paraíso

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Vila Novo Paraíso/Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e sede de Rorainópolis.
Vocações institucionais	Agropecuária, agroindústria, aquicultura, agronomia, alimentos, meio ambiente e georreferenciamento.
APLs e vetores territoriais	Agricultura, fruticultura, apicultura, grãos, pecuária, piscicultura e pesca, artesanato e BR-174.
Implicação para o POCV	Consolidar polo agroindustrial e ambiental do sul; evitar duplicação de saúde e gestão regional com Rorainópolis.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

6.6 *Campus Rorainópolis*

O *Campus Rorainópolis*, em implantação, está previsto para a sede do município de Rorainópolis e atenderá Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Sua localização na mesorregião sul confere centralidade regional associada à BR-174, à rede de serviços, à saúde, à administração pública e a demandas formativas ainda não plenamente cobertas pela presença do *Campus Novo Paraíso*.

O Plano de Implantação definiu três eixos prioritários: Desenvolvimento Educacional e Social; Controle e Processos Industriais; e Ambiente e Saúde. A consulta pública indicou demandas por cursos técnicos em Enfermagem, Farmácia, Análises Clínicas, Mecânica, Eletrônica, Manutenção de Máquinas Pesadas, Contabilidade, Serviços Jurídicos, Recursos Humanos, Finanças e Serviços Públicos. No ensino superior,

sobressaíram Enfermagem, Pedagogia e Direito. Essa matriz revela vocação urbano-regional, de saúde, gestão, serviços e controle técnico.

No recorte territorial, incidem agricultura, apicultura e fruticultura em todos os municípios; grãos em Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João da Baliza; pecuária em São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe; e piscicultura e pesca em Rorainópolis. O Plano de Implantação também registra a importância regional da cadeia do dendê e da produção de biocombustível. A unidade, portanto, nasce em território agroprodutivo, mas com função institucional distinta da de Novo Paraíso.

Para o POCV, o *Campus* Rorainópolis deve consolidar-se como polo de saúde regional, gestão pública e empresarial, serviços e controle de processos, articulado ao desenvolvimento do sul do estado sem repetir a matriz central de agronomia, alimentos, produção vegetal, produção animal e georreferenciamento já instalada em Novo Paraíso. A complementaridade entre as duas unidades deve ser princípio estratégico: uma voltada à base agroindustrial e ambiental; outra à centralidade regional de saúde, serviços, gestão e processos.

Quadro 15 - Síntese analítica do *Campus* Rorainópolis

Elemento	Síntese analítica
Entorno	Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe.
Vocações institucionais	Saúde regional, gestão, serviços, desenvolvimento educacional e social, controle e processos industriais.
APLs e vetores territoriais	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária, piscicultura, dendê, biocombustíveis e serviços regionais.
Implicação para o POCV	Ser polo de saúde regional, gestão e serviços do sul; evitar duplicação da matriz agroindustrial de Novo Paraíso.

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2024a), IFRR (2024b), IFRR (2026a) e IFRR (2026b).

7 Síntese comparativa para subsidiar o POCV

A síntese comparativa evidencia que o principal desafio do POCV do IFRR não é apenas identificar cursos aderentes ao território, mas distribuí-los de maneira inteligente entre unidades com vocações distintas.

A existência de *campi* em áreas contíguas ou parcialmente sobrepostas não deve ser tratada como problema se houver pactuação institucional de complementaridades. Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste compartilham o mesmo município, mas não precisam cumprir a mesma função. Novo Paraíso e Rorainópolis compartilham parte do Sul do Estado, mas devem operar com matrizes formativas diferentes. Amajari e Bonfim dialogam com base rural e presença indígena, mas apresentam ênfases distintas: Amajari, mais aquícola e bioeconômico; Bonfim, mais fronteiriço, intercultural, comercial e de gestão.

Quadro 16 - Síntese comparativa dos campi, APLs, vocações e diretrizes para o POCV

Campus	APLs / território predominante	Vocação institucional	Diretriz principal para o POCV
Boa Vista	Serviços urbanos, saúde, construção, TI, turismo, madeira e móveis, educação e administração pública.	Infraestrutura, saúde, TI, energias renováveis, turismo, secretariado, licenciaturas e serviços urbanos.	Manter centralidade técnico-tecnológica, saúde, infraestrutura e formação docente; evitar duplicação com o CBVZO em gestão e comunicação.
Boa Vista Zona Oeste	Serviços urbanos, comércio de proximidade, gestão pública, comunicação visual, design e economia criativa.	Gestão, comunicação, design, marketing, recursos humanos, setor público e inclusão formativa.	Consolidar identidade em gestão, comunicação, economia criativa e inovação social.
Amajari	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária, piscicultura e pesca em território rural, fronteiro e indígena.	Aquicultura, agropecuária, agroindústria, meio ambiente, recursos naturais e produção alimentícia.	Aprofundar base rural, aquícola e bioeconômica; priorizar tecnologias apropriadas ao campo e à água.
Bonfim	Agricultura, apicultura, fruticultura, grãos, pecuária, piscicultura, comércio de fronteira e educação indígena.	Agronegócio territorializado, gestão pública/comercial, comércio exterior, TI e formação intercultural.	Consolidar fronteira, gestão, TI e formação intercultural; evitar redução a campus exclusivamente agrícola.
Novo Paraíso	Agricultura, fruticultura, apicultura, grãos, pecuária, piscicultura, alimentos, ambiente, georreferenciamento e artesanato em Caracarái.	Agrociências, agronomia, alimentos, produção animal e vegetal, ambiente e georreferenciamento.	Ser polo agroindustrial e ambiental do sul; complementar Rorainópolis.
Rorainópolis	Serviços regionais, saúde, administração pública, agricultura, fruticultura, apicultura, grãos, pecuária, piscicultura, dendê e biocombustíveis.	Saúde regional, gestão, serviços, desenvolvimento educacional e social, controle e processos industriais.	Ser polo de saúde regional, gestão e serviços do sul; evitar replicar a matriz agroindustrial de Novo Paraíso.

Fonte: elaboração própria, com base nos documentos institucionais analisados.

A partir dessa síntese, a rede multicampi do IFRR pode ser compreendida como um sistema territorial especializado: o *Campus* Boa Vista como polo urbano e técnico-tecnológico diversificado; o *Campus* Boa Vista Zona Oeste como polo urbano de gestão, comunicação e economia criativa; o *Campus* Amajari como polo de bioeconomia rural e aquicultura; o *Campus* Bonfim como polo de fronteira, gestão, agronegócio territorializado e interculturalidade; o *Campus* Novo Paraíso como polo agroindustrial e ambiental do sul; e o *Campus* Rorainópolis como polo de saúde regional, gestão, serviços e controle de processos. Essa diferenciação deve orientar o POCV como política de rede, não como soma de decisões isoladas por *campus*.

8 Diretrizes práticas para tomada de decisão com base no estudo do APL

Com base no referencial teórico, nos documentos institucionais, no perfil territorial do IFRR e na análise comparada dos *campi*, propõem-se diretrizes práticas para orientar a elaboração, revisão e monitoramento do POCV. Elas não substituem a análise pedagógica de cada projeto de curso, mas estabelecem critérios institucionais mínimos para qualificar a decisão.

1. Nenhuma proposta de novo curso deve ser analisada sem memória técnica territorial mínima, contendo evidências econômicas, educacionais, institucionais e socioterritoriais do recorte de atendimento do *campus*.
2. A vocação já demonstrada no PDI, nos eixos tecnológicos, na oferta vigente e na infraestrutura instalada deve funcionar como critério forte de priorização. Mudanças bruscas de eixo somente se justificam mediante evidência robusta de transformação territorial.
3. Nos *campi* com territórios sobrepostos, a regra deve ser complementaridade, não replicação. A abertura de um novo curso deve considerar sempre o que unidades adjacentes já ofertam e qual lacuna territorial permanece não atendida.
4. Os APLs devem ser interpretados a partir de sua maturidade. Arranjos incipientes podem demandar FIC, extensão, incubação e assistência técnica, arranjos em desenvolvimento podem sustentar cursos técnicos, arranjos consolidados podem justificar verticalização superior e pós-graduação.
5. Cursos FIC, técnicos, graduações e pós-graduações devem ser planejados em itinerários formativos coerentes, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação.
6. A Plataforma Nilo Peçanha deve ser incorporada ao ciclo anual do POCV para cruzamento entre vocação territorial e desempenho acadêmico, incluindo matrículas, permanência, conclusão, oferta por eixo, carga horária, perfil discente e estrutura de pessoal.
7. A cada revisão do POCV, recomenda-se combinar, no mínimo, evidências do IBGE/Censo, PNP, INEP/Censo Escolar e Censo da Educação Superior, Caged/RAIS, documentos estaduais/municipais de planejamento e consulta pública territorial.
8. Nos territórios urbanos de Boa Vista, onde a escala de bairro não dispõe de estatísticas econômicas oficiais sistemáticas equivalentes às municipais, deve-se trabalhar com análise funcional do território, centralidades, serviços predominantes, localização do *campus* e perfil de demanda social.
9. As metas legais da Rede Federal devem ser observadas na composição da oferta, especialmente o mínimo de 50% para educação profissional técnica de nível médio, 20% para licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica, e a referência legal do Proeja, conforme os documentos institucionais analisados.

10. As decisões sobre cursos devem considerar condições reais de oferta: quadro docente, laboratórios, ambientes especializados, orçamento, acessibilidade, assistência estudantil, parcerias, demanda social e sustentabilidade acadêmica.

Quadro 17 - Roteiro mínimo para instrução de proposta de curso novo

Etapa	Pergunta orientadora	Evidência mínima
1. Delimitação territorial	Qual município, bairro, vila, comunidade, corredor ou microrregião será atendido?	Mapa, ata, despacho, memória descritiva ou estudo territorial.
2. Identificação do APL	Quais APLs ou vetores produtivos justificam a oferta?	Quadro analítico com fontes e justificativa de aderência.
3. Vocação institucional	O curso dialoga com os eixos tecnológicos e com a vocação do campus?	Confronto com PDI, Perfil Institucional, oferta vigente e infraestrutura.
4. Complementaridade	Há curso igual ou semelhante em campus próximo? Qual lacuna permanece?	Análise comparativa intercampi.
5. Demanda educacional	Existe público potencial, lacuna formativa e interesse social?	Dados do INEP, PNP, consulta pública, rede de ensino e instituições locais.
6. Condições de oferta	Há docentes, laboratórios, ambientes, orçamento e suporte administrativo?	Nota técnica do campus, DGP/CGP, DETEO, PROAD e áreas finalísticas pertinentes.
7. Verticalização	O curso cria trajetória formativa coerente com FIC, técnico, graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão?	Matriz de itinerário formativo e plano de desenvolvimento da oferta.
8. Monitoramento	Quais indicadores serão acompanhados após a implantação?	Plano de monitoramento com PNP, evasão, retenção, permanência, conclusão e avaliação da demanda.

Fonte: elaboração própria, com base nos critérios de análise territorial e institucional deste estudo.

A adoção desse roteiro contribui para que o POCV seja um processo instruído por evidências e não apenas por intenções. Também fortalece a governança institucional ao padronizar perguntas essenciais, responsabilizar unidades pela produção de dados e permitir que o Colégio de Dirigentes, o Conselho Superior e as áreas finalísticas analisem propostas com base comparável.

9 Considerações finais

O estudo aponta que o IFRR dispõe de um desenho multicampi cuja legitimidade territorial depende da diferenciação inteligente entre as unidades. Em vez de compreender os *campi* apenas como estruturas físicas distribuídas no estado, é mais adequado entendê-los como dispositivos territoriais especializados, cada um com vocações próprias e responsabilidades específicas perante os APLs de sua área de abrangência.

Roraima não pode ser lida por um único padrão econômico. A capital concentra população, serviços, comércio, administração pública, saúde, educação e tecnologias urbanas. A fronteira mobiliza comércio, gestão

pública, circulação transnacional e interculturalidade. O Norte e o Nordeste articulam base rural, aquicultura, bioeconomia e presença indígena. O Sul combina agroindústria, produção vegetal e animal, alimentos, ambiente, georreferenciamento, serviços regionais e saúde. Um POCV tecnicamente consistente deve refletir essa pluralidade sem fragmentar a identidade institucional do IFRR.

A leitura dos APLs deve, portanto, orientar decisões de oferta a partir de três compromissos simultâneos: aderência territorial, racionalidade acadêmica e contribuição ao desenvolvimento regional. Aderência territorial significa reconhecer demandas e potencialidades do entorno de cada *campus*; racionalidade acadêmica significa respeitar eixos tecnológicos, infraestrutura, quadros de pessoal e possibilidades de verticalização; contribuição regional significa conectar cursos a soluções concretas para produção, trabalho, cidadania, inovação, sustentabilidade e inclusão social.

Por fim, recomenda-se que este estudo seja adotado como documento-base para as futuras revisões do POCV, complementado por levantamentos anuais, consultas públicas territoriais, indicadores educacionais e análises intercampi. Seu objetivo não é congelar a oferta, mas qualificar o processo decisório, de modo que cada novo curso, cada permanência ou cada redistribuição represente escolha fundamentada, territorialmente pertinente e institucionalmente responsável.

10 Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Texto preparado para o IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Porto Alegre, 1999.
- ALBAGLI, Sarita; BRITTO, Jorge. **Glossário de arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ/RedeSist, ago. 2002.
- AMARAL FILHO, Jair do et al. **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará**. Rio de Janeiro: RedeSist/IE-UFRJ, 2002.
- BRASIL. Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: RedeSist/IE-UFRJ, 2004.
- CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina; LASTRES, Helena Maria Martins. Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo (coord.). **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o Sebrae**. Rio de Janeiro: RedeSist/IE-UFRJ, 2004.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. TRECE, Juliana; CONSIDERA, Claudio. **Economia da Região Norte: análise estrutural e estimativas para o crescimento do PIB até o 1º semestre de 2025**. Textos para Discussão, n. 26. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 23 set. 2025. Acesso em: 28 maio 2026.
- IBGE. **Contas Regionais do Brasil: 2023**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025a. Acesso em: 28 maio 2026.
- IBGE. **PIB cresce em todos os 27 estados do país em 2023**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 14 nov. 2025b. Acesso em: 28 maio 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Boa Vista (RR)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/boa-vista.html>. Acesso em: 25 abr. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**. Boa Vista: IFRR, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Plano de Implantação do Campus Rorainópolis**. Boa Vista: IFRR, 2024b.

MATOS, Marcelo Pessoa et al. (org.). **Arranjos produtivos locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documentação Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2026b. Disponível em: <https://modulodocpbipnp.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2026a. Disponível em: <https://novopnp.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

SANTANDER. **Brasil - Cenário Regional**. São Paulo: Santander Macroeconomic Research Brasil, jul. 2024. Acesso em: 28 maio 2026.

SEPLAN-RR. **PIB Roraima 2022**. Boa Vista: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento de Roraima, 2024. Acesso em: 28 maio 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência para atuação do Sistema Sebrae em arranjos produtivos locais**. Brasília: Sebrae, 2003.